Plano Nacional do Livro e Leitura: caminhos para materialização nos municípios brasileiros

Fabiana Sala1

1Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. E-mail: fabianasala@ifsp.edu.br

**Resumo:** Instituir políticas de leitura e biblioteca é fundamental para democratizar o acesso às fontes de informação, fomentar a leitura e contribuir para a formação de leitores competentes por meio de um processo dinâmico, permanente e contínuo. No Brasil, o atual Plano Nacional de Educação (PNE/2014) reconhece a importância das ações da biblioteca escolar e a sua relação com a qualidade da educação básica, considerando a biblioteca como um importante equipamento de educação e cultura no ambiente escolar, além de recomendar a implementação das ações estabelecidas pelo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL/2014). O PNLL é uma política nacional que propõe eixos e ações a serem atingidos a curto, médio e longo prazo pelos estados e municípios. Tais eixos e ações estão relacionados à criação de espaços e recursos para a execução de políticas públicas continuadas, com vistas à garantia de acesso às formas mais verticais de informação pela sociedade para a promoção do conhecimento. Em atendimento a esta recomendação o município de Anhumas, localizado no interior do estado de São Paulo, é um dos raros municípios (sendo este um dos 03 dos 645 do estado) que já tem o seu Plano Municipal do Livro e Leitura (PMLLL) elaborado e implementado. Desta maneira, o presente estudo tem por objetivo analisar o processo de formulação e implementação do PMLLL do município de Anhumas-SP e assim contribuir às discussões sobre a trajetória das políticas públicas de leitura e biblioteca no Brasil.

**Palavras–chave:** Biblioteca escolar. Política do livro e da leitura. Políticas culturais. Políticas educacionais. Políticas públicas

**Linha Temática:** Informação, Tecnologia e Sociedade (ITS)

**1 INTRODUÇÃO**

Promover políticas públicas para a construção e para a manutenção de bibliotecas escolares é um caminho apontado para que a população possa ter espaços de informação e leitura capazes de promover a apropriação do conhecimento, pois, somente por meio de mudança política, discursiva e institucional que se faz possível uma transformação bem-sucedida no cenário das bibliotecas escolares dos municípios brasileiros.

Com a intenção de caminhar nesse sentido, a Lei n. 13.005/2014, que aprova o atual Plano Nacional de Educação (PNE) e norteia os planos estaduais e municipais em âmbito nacional, mantém algumas diretrizes que abordam a questão das bibliotecas nas instituições de ensino básico, estabelecendo um prazo de dez anos para o cumprimento das estratégias e das metas propostas.

No que se refere, especificamente, às metas e às estratégias que abordam a questão da biblioteca e/ou do bibliotecário escolar, o PNE reconhece a importância das ações da biblioteca escolar e a sua relação com a qualidade da educação básica, considerando-a como importante equipamento de educação e cultura no ambiente escolar. O PNE destaca-se pela estratégia que orienta a implementação das ações estabelecidas pelo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL):

Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem (BRASIL, 2014).

O PNLL foi instituído pela portaria n. 1.442/2006 dos ministérios da Cultura e da Educação e regulamentado por meio do Decreto n. 7.559/2011.

As diretrizes para uma política pública voltada à leitura e ao livro no Brasil (e, em particular, à biblioteca e à formação de mediadores), apre­sentadas neste Plano, levam em conta o papel de destaque que essas instâncias assumem no desenvolvimento social e da cidadania e nas transformações necessárias da sociedade para a construção de um projeto de nação com uma organização social mais justa. Elas têm por base a necessidade de formar uma sociedade lei­tora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de bra­sileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a es­truturação de um país economicamente viável (BRASIL, 2011).

O PNLL foi instituído com a intenção de tornar-se uma Política de Estado, de natureza abrangente, com a finalidade de nortear políticas e ações desenvolvidas no âmbito dos ministérios da Cultura e da Educação, governos estaduais e municipais, instituições públicas e privadas e organizações da sociedade civil, com o objetivo central de:

assegurar e democratizar o acesso à leitura, ao livro, à literatura e às bibliotecas a toda a sociedade, com base na compreensão de que a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis para que o ser humano possa desenvolver plenamente suas capacidades, seja individual ou coletivamente (BRASIL, 2014, p. 23).

No PNLL são estabelecidos eixos e ações que devem ser atingidos a curto, médio e longo prazos, orientando estados e municípios a elaborarem seus próprios planos a fim de criar as condições necessárias para a execução de políticas públicas continuadas, garantindo assim, que a sociedade exerça seus direitos, “melhore, em amplo sentido, seu nível educativo e cultural, fortaleça os valores democráticos, seja criativo, conheça outras culturas, valores e modos de pensar de outras pessoas e tenha acesso às formas mais verticais do conhecimento” (BRASIL, 2014, p. 23).

No ano de 2015, como forma de incentivar e orientar estados e municípios brasileiros a elaborarem os seus planos, foi lançado o Guia de Elaboração e Implementação dos Planos Estadual e Municipal do Livro e Leitura. De acordo com o Guia, “o Plano Nacional do Livro e Leitura somente ganhará ressonância e efetividade se estados e municípios abraçarem as mesmas preocupações criando as condições para que a política do livro e leitura se implemente efetivamente em âmbito nacional” (GUIA, 2015, p. 6). No entanto, ainda hoje são poucos os estados e municípios que têm seus planos elaborados conforme orientação nacional.

Apesar de a legislação nacional propor que estados e municípios instituam programas próprios para a criação e valorização da biblioteca escolar por todo o país, a fim de desenvolver ações que fortaleçam a comunidade local e possibilitem maior integração entre os objetivos da escola e a função da biblioteca para capacitar os profissionais que nela atuam, além de acompanhar e avaliar os resultados alcançados, o estado de São Paulo, até a presente data, não tem seu Plano Estadual construído e, no âmbito de seus municípios, ainda são raras as inciativas de elaboração.

Em levantamento realizado junto às prefeituras que fazem parte da Região Administrativa de Presidente Prudente, composta por 53 municípios e localizada a extremo Oeste do Estado de São Paulo, constatou-se que, até o presente momento, apenas o município de Anhumas possui o Plano Municipal do Livro e Leitura elaborado.

Nesse sentido, faz-se necessário analisar as razões locais e as motivações para formulação e implementação de políticas públicas próprias de biblioteca escolar no município de Anhumas-SP, a fim de investigar de que maneira a elaboração e a implantação do Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura (PMLLL) beneficia a questão da biblioteca escolar na rede de ensino fundamental do município de Anhumas – SP. Assim, diante de todo o exposto, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar o processo de formulação e implementação do PMLLL no município de Anhumas-SP e decorrentes contribuições em relação à construção de uma política pública local de biblioteca escolar.

**2 MATERIAL E MÉTODOS**

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa que nos permitiu a realização de um estudo de caso em que nos dispomos da revisão bibliográfica sobre a temática em estudo, entrevista semiestruturada (com 8 sujeitos que participaram da elaboração/implementação do PMLLL), observação e análise de documentos. Contudo, ao utilizar diferentes métodos, análise tornou possível a realização da triangulação das fontes (entrevista, observação e documentos), garantindo, assim, uma perspectiva mais abrangente à pesquisa.

Como procedimento de interpretação de dados foi utilizada a Análise de Conteúdo, conforme proposta de Bardin (2006).

**3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Na construção dos planos dos diferentes municípios brasileiros sempre há um destaque ou uma característica no processo de elaboração que pode ser ressaltada pelo esforço de um segmento ou pelo trabalho em equipe. Em Anhumas não foi diferente, pois um ator se mostrou fundamental para que o PMLLL saísse do plano das ideias.

O trabalho de elaboração do PMLLL no município de Anhumas foi idealizado e coordenado pelo atual Assessor de Turismo e Cultura que também é o servidor responsável pela Biblioteca Municipal há mais de onze anos.

Após tomar conhecimento do PNLL e da recomendação nacional de que cada município deveria elaborar seus planos municipais no prazo de dez anos, o Assessor procurou a Secretária de Educação e solicitou parceria para criar um grupo de trabalho com a finalidade de elaborar o PMLLL para o município.

Identificadas e convidas as pessoas e as instituições envolvidas com educação e cultura no município, formou-se uma estrutura inicial que possibilitou o agrupamento de indivíduos dispostos a refletir, debater e instituir o PMLLL de Anhumas de acordo com as especificidades locais.

A maior dificuldade apontada pelos atores no início da elaboração do Plano foi a falta de conhecimento dos membros e a dificuldade em localizar planos que servissem de base (modelo) para a efetivação no município. Outra questão apontada como obstáculo foi propor ações e metas que não envolvessem recursos financeiros para a execução, uma vez que não existe a previsão de orçamento destinado à operacionalização do Plano no município.

Entre os principais avanços sobre a implantação do Plano, os atores destacam a parceria que se fortaleceu entre os diversos setores do município.

O Guia de Elaboração e Implementação dos Planos Estadual e Municipal do Livro e Leitura em seu item 2 “Passo a passo para criar o plano do livro e leitura (Pell/Pmll)”, destaca:

**IMPORTANTE: uma política pública do livro e leitura deve ter, essencialmente, como fundamento a democratização do acesso ao conhecimento e à informação. Sendo assim, a gestão participativa do Plano é o melhor caminho para atingir as metas e os objetivos que forem estabelecidos, garantindo a continuidade das ações por meio do acompanhamento da sociedade civil** (GUIA, 2015, p. 11, grifo do original).

O Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura de Anhumas tem como um de seus princípios o “fortalecimento das bibliotecas e demais espaços destinados a difusão do livro, da leitura e da literatura” (ANHUMAS, 2016, p. 7).

No entanto, quando questionados sobre a contribuição do PMLLL para as bibliotecas escolares do município, os sujeitos ficam restritos à questão do estabelecimento de interações e parcerias. Ainda falta clareza por parte dos membros da comissão de elaboração e de implementação do Plano sobre como utilizar essa política de forma a criar ações de promoção e de valorização das bibliotecas escolares. Dessa forma, as ações têm sido pensadas e planejadas com o compromisso de promover/incentivar a leitura em âmbito local.

Dessa forma, as escolas procuram ampliar os ambientes de leitura como forma de contribuir para que o Plano se efetive. Assim, as instituições procuram viabilizar mecanismos de valorização da Biblioteca, dos Cantinhos e/ou das Salas de Leitura das escolas, promovendo-os como ambientes de saber e de convivência propício para a participação dos pais e familiares.

De acordo com o que propõe Oliveira e Prados (2015), as ações direcionadas ao incentive à leitura são extremamente necessárias para o exercício da cidadania. De acordo com os autores, “a leitura permite que o cidadão desenvolva uma consciência crítica a respeito de si e da sociedade […] a leitura é um direito humano que proporciona o exercício pleno da democracia […] quando lemos questionamos o mundo e a nós mesmos” (2015, p. 103).

Em conformidade com o parecer dos sujeitos de pesquisa, as contribuições do PMLLL no âmbito das bibliotecas escolares do município de Anhumas estão relacionadas basicamente a questões que se referem à realização de parcerias (para o desenvolvimento das ações) e à motivação dos envolvidos (com vistas a atingir a comunidade local).

Segundo o “Guia PELL e PMLL”, essa articulação de parcerias é fundamental para “garantir a continuidade do Plano e sua efetiva legitimação perante o conjunto da sociedade” (GUIA, 2015, p. 13). Dessa forma, é necessário fortalecer essa cooperação para o desenvolvimento de ações que vão além das atividades de leitura, para que alcancem força e consistência para conquistar novas metas, tais como a construção de espaços adequados para abrigar as bibliotecas nas escolas que ainda não os possuem e a contratação de profissionais para atuar nesses ambientes, não ficando restritas apenas a atividades de incentivo à leitura.

A implementação dessa política pode abranger desde a criação de sistemas locais de bibliotecas ou instalação e manutenção de Pontos de Leitura até as ações de formação de educadores, bibliotecários e outros agentes mediadores da leitura, assim como um maior apoio à criação e à difusão dos diversos suportes existentes. É a articulação e a otimização de todas essas ações, e outras, que configuram os Planos do Livro e Leitura (GUIA, 2015, p. 8).

O Eixo 1 do PNLL — Democratização do acesso — recomenda que sejam empenhados esforços para a promoção e para a valorização das bibliotecas enquanto polo difusor de informação e cultura. Para isso, os Planos Municipais devem esforçar-se para propor ações de revitalização e de implantação de novas bibliotecas, articular e fortalecer a criação de redes com vistas a conquistar novos espaços de leitura, a fim de que essas bibliotecas possam ser reconhecidas e utilizadas como verdadeiros centros “de educação continuada e núcleo de lazer e entretenimento, estimulando a criação e a fruição de diversos bens artístico-culturais” (GUIA, 2015, p. 18), e não mais como meros depósitos de livros.

**6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A experiência do município de Anhumas em elaborar e implementar o Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura demonstra que criar e promover políticas públicas de leitura e biblioteca é o caminho apontado para que a população possa ter, de fato, espaços de informação e leitura capazes de promover a construção do conhecimento.

Dessa forma, seria interessante que os municípios que se despertaram e se dispuseram a criar um grupo com pessoas interessadas em pensar e debater ações contínuas de promoção da leitura com vistas à formação integral do leitor e instituíram seu PMLL, a exemplo do município de Anhumas, devem ter sua iniciativa reconhecida pela esfera Federal e devem receber recursos públicos para financiar as ações previstas, seja por meio de apoio técnico e financeiro dos ministérios da Educação e da Cultura ou por disposição do PNLL.

Não se pode fazer política pública sem que estejam previstos no orçamento os recursos para custear as ações necessárias para atender às demandas essenciais de coordenação e gestão. Toda política, assim, exige investimentos e recursos que não devem ser provenientes apenas das prefeituras. De acordo com os números do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), esta esfera de poder, na grande maioria (74,8% dos municípios brasileiros), praticamente não dispõe de recursos próprios para custear muitas iniciativas locais e depende de transferências do Estado e da União.

É necessário somar ao orçamento municipal outros recursos governamentais, além de incentivar a participação de instituições privadas e da sociedade civil, a fim de valorizar o esforço desses municípios que atenderam à recomendação nacional e, principalmente, a fim de incentivar novos municípios a iniciarem o processo de elaboração de seus planos.

Afinal, a biblioteca escolar é um ambiente transdisciplinar, que compõe e fundamenta o currículo escolar, capaz de promover a construção de conhecimentos que serão utilizados de forma racional nas decisões que os alunos virão a tomar ao longo da vida, para além dos muros da escola.

Para formar leitores não basta apenas investir na distribuição de livros. A formação integral do leitor crítico e consciente exige a aplicação de políticas de valorização da biblioteca escolar como ambiente de aprendizagem. Isso exige que sejam dedicados, além de vontade política, investimentos em recursos financeiros (construção de ambientes adequados) e humanos (contratação de bibliotecários e capacitação dos demais profissionais) para que seja possível articular os esforços e os resultados pretendidos.

**REFERÊNCIAS**

ANHUMAS. **LEI Nº 530 DE** 18 DE JUNHO DE 2015. Institui o Plano Municipal de Educação do Município de Anhumas – SP, em conformidade com a Lei Federal 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Anhumas, 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.559, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011**. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura. Brasília, 2011.

BRASIL. **LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.

GUIA para elaboração e implantação dos planos estadual e municipal do livro e leitura. Brasília: Ministério da Educação/Ministério da Cultura, 2015.

OLIVEIRA, A. D.; PRADOS, R. M. N. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca no Brasil. **Información, Cultura y Sociedad**, Buenos Aires, v. 32, p. 99-112, jun. 2015.